



# Prefeitura Municipal de Serrana

Rua Dr. Tancredo de Almeida Neves, 176 – CEP 14.150-000 – Serrana – SP.

www.serrana.sp.gov.br e-mail: info@serrana.sp.gov.br

Telefone: (16) 3987-9244

## PORTARIA 144/2021

### DISPÕE SOBRE PRORROGAÇÃO DE PRAZO QUE ESPECÍFICA.

**LEONARDO CARESSATO CAPITELI**, Prefeito Municipal de Serrana, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

Considerando a deliberação da Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar, constituída pelo Decreto nº 36/2020, que conclui pela necessidade de prorrogação de prazo para conclusão dos trabalhos;

#### RESOLVE:

**Art. 1º.** Fica, nos moldes do artigo 271,§2º, da Lei Complementar nº 300/2012, autorizada a prorrogação de prazo por mais 90 (noventa) dias, da Portaria nº 421/2020, de 20 de agosto de 2020, do Processo Administrativo Disciplinar contra a servidora pública municipal **Josiane Serafim**, para a conclusão dos trabalhos.

**Art. 2º** Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, revogadas as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL ESTRELA D'ALVA  
29 de janeiro de 2021.

**LEONARDO CARESSATO CAPITELI**  
PREFEITO MUNICIPAL

ARQUIVADA NA SECRETARIA GERAL DA PREFEITURA,  
PUBLICADA NO SITE [WWW.SERRANA.SP.GOV.BR](http://WWW.SERRANA.SP.GOV.BR), E NO DOM

**SAMUEL DE CARVALHO**  
Secretário Municipal de Administração e Finanças



Ofício 06/2021 - CPPAD

Ao Ilmo. Sr.  
Prefeito Municipal  
Leonardo Caressato Capiteli

Assunto: Solicitação para prorrogação de prazo para a condução dos trabalhos da Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar Decreto 36/2020.

Considerando o Art. 271, § 2º, da Lei Complementar 300/2012, o que dispõe:

Art. 271. O processo administrativo deverá ser instaurado por portaria, no prazo improrrogável de oito dias do recebimento da determinação, e concluído no de noventa dias contados do ato da instauração.

§1º. Havendo mais de um acusado, a portaria deverá especificar a forma de participação de cada infrator na(s) transgressão(ões) disciplinar(es) a ser(em)apurada(s).

§ 2º. Vencido o prazo, caso não concluído o processo, a autoridade que o presidir deverá imediatamente encaminhar ao seu superior hierárquico relatório indicando as providências faltantes e o tempo necessário para término dos trabalhos.

§ 3º. Da portaria deverão constar o nome e a identificação do acusado, a infração que lhe é atribuída, com descrição sucinta dos fatos, a indicação das normas infringidas e a penalidade mais elevada em tese cabível.